



ATA CSDP Nº 09, DE 12 DE MAIO DE 2011. ATA DA 05ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EXERCÍCIO 2011.

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às 14:30 horas, na sala de reuniões, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Defensora Pública Geral, Andréa Abritta Garzon Tonet, Subdefensora Pública Geral, Ana Cláudia da Silva Alexandre, Corregedor Geral, Eduardo Vieira Carneiro, Evaldo Gonçalves da Cunha, Gilmara Andrade dos Santos Maciel, Galeno Gomes Siqueira, Rodrigo Zamprogno, Marcelo Ribeiro Nicoliello e Ricardo Sales Cordeiro. Conferido o *quorum* pela Presidente, instalou-se esta sessão ordinária com 09 (nove) membros.-----

Foi lida e aprovada a ata da 3ª sessão extraordinária de 28 de abril de 2011.-----

Inicialmente a Dra. Andréa agradeceu a presença dos Conselheiros na solenidade de posse dos novos Defensores Públicos, acrescentando que todos ficaram gratificados com a vivência deste momento ímpar na história da Instituição.-----

O Conselheiro Eduardo parabenizou a Dra. Andréa pelo trabalho realizado à frente da Instituição, pela sua garra, acrescentando que nunca havia presenciado um ato solene, tão grandioso, tão carinhoso, tão afeto aos nossos princípios, aos nossos valores, arrematando que estamos no rumo certo.-----

A Conselheira Gilmara discorreu sobre as remoções, parabenizou a Dra. Andréa pela solenidade de posse e indagou sobre o procedimento de lotação dos 50 novos Defensores Públicos, sobre a distribuição de estagiários já dentro da nova realidade, fez pedido de dois Defensores para a Defensoria de Juiz de Fora, alegando que o Nudem encontra-se desprovido, já que a Dra. Regina aposentou-se e que a 2ª Defensoria Cível encontra-se desprovida. Por fim, requereu a juntada de ofício da Coordenadoria Regional.-----

O Conselheiro Evaldo afirmou que em um primeiro momento Uberlândia não conta com a presença de Defensores novos, já que há comarcas em pior situação. Parabenizou a Dra. Andréa pelo discurso proferido na posse dos novos Defensores. Parabenizou a firmeza e a coragem do Dr. Guilherme ao fazer o seu pronunciamento e que espera que a sensibilidade do Governador em relação à Defensoria Pública se concretize, arrematando que sentiu orgulho de ser Defensor naquele momento.-----

O Conselheiro Rodrigo parabenizou a Dra. Andréa e disse que o Governador, em sua fala, praticamente a reconduziu ao cargo de DPG. Disse que é para a oposição repensar a posição e caminhar juntos. No governo do PSDB o momento seria da Dra. Andréa, mesmo porque o Prof. Anastasia conhece as nossas demandas. Comentou que a posse dos colegas do V concurso foi ridícula.-----

A Dra. Andréa afirmou que o edital das remoções já está em estudo e sairá ainda durante o curso de formação. Disse que a tendência é a priorização das comarcas



que se encontram no CTI, com o fortalecimento das Defensorias existentes e onde haja uma estrutura já montada, motivo que impede a abertura de novas comarcas. “É preciso lançar os olhos às comarcas que se encontram no “balão de oxigênio”, como Ribeirão das Neves, Betim, Contagem, Ipatinga, Teófilo Otoni, e Governador Valadares. Afirmou que o curso de formação irá até o dia 10 de junho, percorreu sobre as suas etapas e que o curso abordará questões práticas, do dia a dia. Disse que o discurso do Guilherme a tocou profundamente, propondo a ele uma nota elogiosa, o que foi aprovado à unanimidade. Falou também das atividades da semana do Defensor.-----

O Conselheiro Marcelo propôs uma moção de congratulações ao Senador José Pimentel, em razão da iniciativa do PLC 225/2011, que reforma a lei de responsabilidade fiscal, atribuindo às Defensorias Públicas percentual de 2% sobre as receitas correntes líquidas dos Estados, sendo a mesma aprovada à unanimidade.-----

O Conselheiro Evaldo percorreu sobre a atuação da Defensoria de Uberlândia no dia do Defensor Público, especificamente sobre o “Projeto Pai Responsável”, oportunidade na qual haverá, além do atendimento, realização de exames de DNA e emissão de certidões de nascimento, com recursos oriundos do Juizado Especial.-----

A Dra. Andréa parabenizou os colegas de Uberlândia pela iniciativa, solicitando o envio de material para que a atividade seja largamente difundida dentro da Defensoria Pública e para que, em um futuro breve, o que está acontecendo em Uberlândia possa ser prática em toda a Defensoria Pública de Minas Gerais.-----

Às 15:00 h., registra-se a saída justificada da Conselheira Gilmara.-----

O Conselheiro Ricardo adotou as palavras do Corregedor Eduardo Vieira, acrescentando que via solenidade de posse deu para sentir o prestígio da Instituição, canalizado na pessoa da Presidente. Disse que se sentiu gratificado por ter feito parte da administração da Marlene Nery, primeira Defensora Pública Geral. Parabenizou a administração pela organização da semana do Defensor Público e propôs a regulamentação da medalha do mérito da Defensoria Pública.

A Dra. Andréa disse que pretende regulamentar a outorga da medalha antes do ano que vem e que a minuta de resolução já está pronta. Alegou que é possível que a regulamentação ocorra junto com o lançamento da cartilha da criança, mas certamente antes do dia Defensor Público do ano que vem. Em razão do adiantado da regulamentação da outorga da medalha, a resolução ficará pronta ainda este ano.-----

O Conselheiro Rodrigo sugeriu a disponibilização no site da Defensoria Pública de um breve curriculum dos novos Defensores, sendo a proposta aprovada à unanimidade.-----

A Dra. Andréa informou que na 5ª feira, dia 19 de maio de 2011, às 07:30 h., haverá o “café com o povo”, com a bênção dos pães pelo Frei Gilvander e que a idéia inicial é a manutenção da iniciativa, com a extensão do convite às



autoridades. Informou sobre o atendimento a ser realizado na praça de Santa Tereza, também no dia 19 de maio, sobre a sessão da ALMG em homenagem à Defensoria Pública, na parte da tarde do mesmo dia e de sua viagem à Patos de Minas para participar do encontro de juízes diretores de foro, oportunidade na qual discorrerá sobre as atribuições da Defensoria Pública. Disse que buscará uma resolução conjunta da Defensoria e do Poder Judiciário para que as audiências sejam concentradas em dias específicos da semana. Informou sobre o coquetel de conagraçamento a ser realizado no dia 20 de maio, na sede da Adep e propôs uma nota elogiosa aos Defensores de Ponte Nova e a todos aqueles que participaram no dia 07 de maio, do dia da cidadania, evento belíssimo que contou com a intensa participação da sociedade local, sendo a proposta aprovada à unanimidade.-----

O Conselheiro Marcelo disse que a cerimônia de posse dos novos Defensores Públicos foi um momento histórico, de confirmação e afirmação de nossa autonomia. Pediu um esforço para que as sessões do Conselho sejam realizadas às sextas-feiras, já que deixou as mesmas livres para tanto, mas que algumas sessões têm ocorrido às quintas-feiras, o que inviabiliza o seu planejamento já feito.-----

A Dra. Andréa disse que a intenção é mesmo de manter uma rotina de reuniões às sextas-feiras, mas que às vezes não ocorre em razão de situações emergenciais. O objetivo é mesmo facilitar a vida dos Conselheiros oriundos do interior, permitindo-lhes um melhor planejamento. Disse que concorda que o magistério enobrece a Instituição e que lecionou por 13 anos, até julho do ano passado. Afirmou que o magistério divulga a Instituição e durante o tempo em que lecionou, vários alunos disseram que ela despertou neles o desejo de ser Defensor Público, mas que sempre colocou a Defensoria Pública em primeiro plano e que antes de tudo é Defensora Pública e que quando chegou neste momento profissional, não teve dúvidas em optar pela Defensoria Pública. Acrescentou que todos têm direito à vida pessoal e que dar aulas é atividade regulamentada pelo próprio Conselho Superior e que não se sente à vontade em relação à marcação de horário para o término das nossas sessões. Disse que o colega quando concorre a membro do Conselho tem que abrir mão de alguns momentos da sua vida pessoal, privada, em razão do compromisso que estabelece com a classe. Todavia, a intenção é que as reuniões sempre ocorram às sextas-feiras.-----

O Conselheiro Marcelo disse que sempre colocou a Instituição em primeiro lugar, à frente de qualquer outra atividade e que na sessão do dia 28 de abril, achou que a sua ausência na sala de aula afetaria a imagem da Instituição. Falou da necessidade de um melhor planejamento e que não pode ser acusado de colocar interesses particulares à frente da Instituição, chegando a se dizer perseguido político.-----



A Dra. Andréa disse que deixar a reunião do Conselho para dar aulas é sim colocar as atividades privadas em detrimento da Defensoria Pública, já que Defensor Público não é professor.-----

O Conselheiro Eduardo disse que o Conselheiro Marcelo deixou a sessão em meio à discussão de uma matéria de extrema relevância, que era a nova regulamentação do estágio probatório, o que ultrapassa o bom senso. Disse que o Conselheiro Marcelo extrapola, alonga demais em suas colocações e que o mesmo não tem legitimidade para a propositura de horário de início e término das sessões. Afirmou que a presença do Conselheiro Marcelo naquela sessão era de extrema importância, achando a sua ausência uma falta de respeito, pelo menos naquele momento.-----

O Conselheiro Marcelo disse que em nenhum momento colocou em prejuízo a Instituição e que infelizmente a sessão iniciou-se com uma hora de atraso, que respeita o pensamento dos outros e que não praticou nenhuma ação prejudicial.--

O Conselheiro Rodrigo disse que já passou por situação em que deixou de dar aulas em razão de sessão do Conselho Superior.-----

O Conselheiro Evaldo disse que dos três “Conselhos” em que participou, todos os Conselheiros sempre colocaram a Defensoria em primeiro lugar e que a questão pode ser tratada de uma forma muito mais cordial do que de regramento e que nunca tivemos problemas com esta matéria, tendo a certeza de que o Conselheiro Marcelo coloca a Defensoria Pública em primeiro lugar.-----

O Conselheiro Eduardo disse que o mal estar foi causado pela forma como o Conselheiro Marcelo se comportou ao deixar a sessão e que a questão é muito mais comportamental.-----

O Conselheiro Ricardo disse que fez um esforço para que a matéria fosse enfrentada naquela sessão, já que poderíamos passar vergonha perante os novos colegas, que entrariam na Instituição sob a vigência de uma norma e no decorrer do tempo outra nova entraria em vigor. Disse que temos que ter um compromisso Institucional, pois a Defensoria Pública é a nossa vida.-----

O Conselheiro Marcelo informou que, naquela oportunidade, logo após a apresentação do PGA, expôs as suas dificuldades à Conselheira Ana Cláudia e que ficou tranquilo, pois havia a possibilidade da matéria ser enfrentada em outra data, antes da posse, e que em nenhum momento achou que a votação não ocorresse antes dela. -----

Passando ao enfrentamento da pauta, feita a apresentação do PGA, na sessão do dia 28 de abril, foi dada a palavra ao revisor, Conselheiro Eduardo Vieira, que acatou o texto base, acrescentando as sugestões dadas pelos Conselheiros, em especial as sugestões da Conselheira Gilmara.-----

O Conselheiro Evaldo sugeriu que a atuação extrajudicial também fosse ampliada para as Defensorias do interior e que constasse no plano a criação de um núcleo que faça a atuação.-----



A Conselheira Ana Cláudia informou que o que foi quantificado é o que é possível, mas nada impede a expansão da atuação extrajudicial para as comarcas do interior e que a idéia é fortalecer a mediação de conflitos da Defensoria Pública, em linguagem própria. A Conselheira Ana Cláudia sugeriu, então, que constasse como índice de referência: atuação extrajudicial e número não definido em várias comarcas do interior, procedendo-se às adaptações necessárias ao formato apresentado. Assim, foi acatada à unanimidade a sugestão do Conselheiro Evaldo.-----

Resultado: aprovado à unanimidade o PGA 2011/2012. -----

Quanto ao procedimento nº 016/2011, que trata da alteração da deliberação nº 028/2010, nota abonadora, apresentada a proposta pelo Conselheiro Eduardo, foi a mesma em sede de revisão ao Conselheiro Evaldo.-----

Em relação ao procedimento nº 025/2008, já apresentada a minuta com as sugestões acatadas pelo Conselheiro Ricardo, foi dada a palavra à revisora, Conselheira Ana Cláudia, que se manifestou no sentido de ser a proposta extremamente útil e bem elaborada e que após a agregação das sugestões encaminhadas pelos Conselheiros e Defensores se aperfeiçoou, estando o procedimento de normatização de regras para o atendimento inicial na Defensoria Pública amadurecido para se evidenciar como um novo rumo, uma padronização necessária para o conhecimento e legitimidade da nossa atuação. Especificamente as regras para o atendimento inicial na Capital darão um suporte necessário para alcançar a eficiência da recém criada Coordenadoria Regional do Atendimento na Capital. Dessa forma, aprovo a proposta de minuta na forma apresentada, com as alterações formuladas nesta sessão.-----

Decidiu-se que o termo de hipossuficiência, de autoria do nobre colega Defensor Público Geraldo Magela Metri Pinto, de Santos Dumont, seja encaminhado à Corregedoria Geral para ser disponibilizado como modelo oficial, via instrução normativa.-----

O Conselheiro Evaldo: aprova a minuta e agradece a comissão de estudos que aprovou a sugestão da consulta aos colegas do interior.-----

O Conselheiro Ricardo: agradeceu o Conselheiro Evaldo pelas sugestões, dizendo que as mesmas ajudaram a aprimorar os trabalhos. Em seguida comentou as sugestões apresentadas pelos Defensores, sendo que umas foram acatadas e outras não. Agradeceu a grande contribuição das Defensoras Ana Cláudia Leroy e Alessandra Eler, que contribuíram muito, até na redação da minuta de deliberação. Pediu que o Conselheiro Secretário encaminhe as respostas aos colegas que apresentaram sugestões, falou do trabalho desenvolvido pelo Defensor Flávio Leão e pediu que o trabalho continue com a Marta, com o Marco Paulo, especificando os desdobramentos do procedimento. Resultado do julgamento: aprovado o procedimento nº 025/2008 à unanimidade. -

O procedimento nº 069/09 foi redistribuído à Conselheira Ana Cláudia, por dependência ao procedimento nº 048/2009. Em seguida foi dada a palavra à



Defensora Marta Juliana que fez uma breve exposição sobre o pedido de redistribuição abstrata de alguns cargos das áreas Cível e família.-----
O Conselheiro Galeno indagou e a Defensora Marta informou que a matéria era consenso entre os atuantes em cada área. -----
O Defensor Marco Paulo fez algumas colocações sobre o tema.-----
Dada a palavra à relatora Ana Cláudia, a mesma pontuou sobre a 15ª Família, especificamente sobre a desistência dos pedidos formulados no procedimento nº 069/2009, tendo havido a desistência pelos subscritores, em razão do novo formato contido no pedido da Coordenadoria Cível e Família.-----
A Conselheira Ana Cláudia, relatora, disse tratar-se de pedido novo, ideal para uma melhor harmonização da matéria. Achou a matéria extremamente interessante e fez algumas considerações: no que diz respeito ao número de cargos, não há alterações; são mantidos os mesmos quantitativos; é importante que as atribuições sejam bem definidas; é preciso nomenclaturas específicas para o Cível e Família; é importante a separação da Defensoria Inicial Cível e Família; para fins de harmonização, a 14ª Defensoria das Famílias, Conflito de Família, com três cargos, passará a ser Cooperação e Conflito na área de Família, com seis cargos; disse também que a liminar se justifica.-----
O Conselheiro Galeno ponderou que não se trata de analisar o pedido de liminar e sim o próprio mérito, que é uma situação duradoura, definitiva, já que o pedido de alteração da divisão abstrata dos cargos pode ser feito a qualquer tempo.-----
Também foi consenso a necessidade de dar preferência ao Defensor lotado no órgão modificado ou criado, quando da publicação do edital de remoções, para preservação da inamovibilidade.-----
O Conselheiro Evaldo disse concordar com o deferimento da liminar e com a abertura de edital de remoções posteriormente.-----
O Conselheiro Galeno mais uma vez reforça a tese de que se trata de análise de mérito e não de deferimento de pedido liminar. -----
Em seguida, a Conselheira Ana Cláudia manifestou-se pela aprovação do pedido formulado, com as alterações por ela sugeridas. -----
O Conselheiro Marcelo também se manifestou de acordo com a proposta, elogiou a Defensora Márcia Brasil, dizendo que a mesma é uma referência de Defensora. Resultado do julgamento: aprovada à unanimidade, em caráter definitivo, a proposta oriunda da Coordenadoria Cível e Família da Capital, de alteração do anexo I, da deliberação nº 011/2009, em relação às áreas Cível e Família da Capital, consubstanciada na deliberação nº 016/2011. -----
Relativamente ao procedimento nº 006/2011, aprovação da lista de antiguidade apurada até 31 de janeiro de 2011, o desfecho foi o seguinte: aprovado à unanimidade o relatório do Conselheiro Galeno, à exceção de dois procedimentos nele contidos, o de nº 051/2009, de Cláudia Muzzi Brunhara e o de nº 054/2009, de Horácio Vanderlei Tostes, retirados de pauta para futura apreciação.-----



Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 18:00 horas, lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores Conselheiros. Belo Horizonte, 12 de maio de 2011.-----

Andréa Abritta Garzon Tonet

Ana Cláudia da Silva Alexandre

Eduardo Vieira Carneiro

Evaldo Gonçalves da Cunha

Gilmara Andrade dos Santos

Galeno Gomes Siqueira

Rodrigo Zamprogno

Marcelo Ribeiro Nicolliello

Ricardo Sales Cordeiro